

# Ações afirmativas na pós-graduação: panorama *das* políticas adotadas *por* programas acadêmicos *de* universidades públicas *em* 2021

**Anna Carolina Venturini**  
*Coordenadora do Obaap e  
pesquisadora do Afro-Cebrap*

**Hanna Penido**  
*Assistente de pesquisa do  
Obaap e do Afro-Cebrap*



# Ações afirmativas na pós-graduação: panorama das políticas adotadas por programas acadêmicos de universidades públicas em 2021

## realização

**obaap** | observatório de ações afirmativas na pós-graduação

## pesquisa e redação

Anna Carolina Venturini e Hanna Penido

## identidade visual

Atonal Studio

## diagramação

Karina Hissae Ossugui

## como citar

Venturini, Anna Carolina; Penido, Hanna. *Ações afirmativas na pós-graduação: panorama das políticas adotadas por programas acadêmicos de universidades públicas em 2021*. Boletins do Observatório de Ações Afirmativas na Pós-graduação (Obaap), n. 1, 2022.

## apoio

A realização desta publicação foi possível devido ao apoio do Instituto Serrapilheira e do Instituto Ibirapitanga.

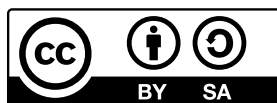
 **serrapilheira**

**IBIRAPITANGA**

A pesquisa também contou com suporte do AFRO-Cebrap.

**AFRO**   
Núcleo de Pesquisa e Formação em Raça, Gênero e Justiça Racial

## licença



Este conteúdo está sob licenciamento Attribution 4.0 International (CC BY4.0)

# **sumário**

<b>4</b>	<b>introdução</b>
<b>5</b>	<b>metodologia</b>
<b>6</b>	<b>programas com ação afirmativa</b>
<b>8</b>	<b>modalidades</b>
<b>9</b>	<b>beneficiários</b>
<b>10</b>	<b>formas de instituição e aprovação das políticas</b>
<b>11</b>	<b>nota na avaliação da capes</b>
<b>12</b>	<b>perfil das universidades</b>
<b>13</b>	<b>áreas do conhecimento</b>
<b>16</b>	<b>distribuição regional</b>
<b>19</b>	<b>considerações finais</b>
<b>20</b>	<b>referências bibliográficas</b>

---

## introdução

O presente boletim tem por objetivo traçar um panorama das ações afirmativas instituídas na pós-graduação de universidades públicas até o final de 2021, identificando as características gerais das políticas, tais como modalidades adotadas, forma de instituição, principais beneficiários e perfil dos programas.

A expressão *ação afirmativa* pode se referir a uma série de políticas e iniciativas - públicas e privadas - que promovem benefícios do bem-estar social e de direitos civis, políticos e culturais aos mais variados grupos sociais que são ou foram objeto de discriminação (Feres Junior et al., 2018). Assim, a ação afirmativa engloba grupos diferenciados socialmente em razão de raça/cor, gênero, sexo, casta, local de moradia, região de origem, religião, deficiência, condição socioeconômica e outras condições de vida.

Desde 2002 as ações afirmativas já vem sendo adotadas para o ingresso em alguns cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) de universidades públicas, o que pode ser conferido em nossa [Linha do Tempo](#). No entanto, as ações afirmativas começaram a se difundir pelos programas de pós-graduação somente a partir de 2012. Por se tratar de políticas recentes, é fundamental examinarmos os principais aspectos de seu desenho institucional. Logo, as próximas seções irão apresentar a metodologia da pesquisa e as principais características das políticas afirmativas adotadas até 2021, incluindo as modalidades, os beneficiários, as formas de instituição e aprovação das políticas, a distribuição das políticas de acordo com a nota da Capes e as áreas do conhecimento, bem como sua difusão regional.

# metodologia

O estudo do processo de criação de ações afirmativas por cursos de pós-graduação apresenta diversas dificuldades práticas, entre as quais se destacam a grande quantidade de programas acadêmicos reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o fato de que cada um deles estabelece normas e critérios próprios para a seleção de seus estudantes.

Diferentemente do que ocorre em pesquisas sobre cursos de graduação, para os quais cada universidade divulga anualmente um edital único com as regras do processo seletivo válidas para todos os seus cursos, na pós-graduação cada programa é responsável por publicar seus editais de seleção, cuja periodicidade e data de publicação são bastante variáveis. Há programas que realizam apenas um processo seletivo anual, enquanto outros fazem mais de uma seleção por ano.

Assim, para analisar a criação das ações afirmativas na pós-graduação, **o Obaap realizou um levantamento de todos os editais de seleção dos programas de pós-graduação acadêmicos de universidades públicas publicados até 2021**. O levantamento foi realizado no período de agosto de 2019 a abril de 2022.

Atualmente, a pesquisa do Obaap engloba **apenas os programas de pós-graduação acadêmicos (mestrado e doutorado) de universidades públicas**, uma vez que estas são as principais responsáveis pela pesquisa científica e formação de pesquisadores, bem como são sede da maior parte dos programas. Por fim, limitamos a análise aos programas credenciados e recomendados pela Capes, que são aqueles com notas de 3 a 7<sup>1</sup>.

Os critérios definidos permitiram examinar não somente uma parcela muito significativa da pós-graduação brasileira, mas também as instituições que concentram a maior parte da pesquisa e ensino acadêmico de qualidade no país.

Em 2018, a amostra continha 2.763 programas acadêmicos de universidades públicas, conforme última avaliação quadrienal da Capes divulgada em 2017. O levantamento mais recente utilizou uma metodologia diferente para identificar os programas, dado que entre 2017 e 2021 alguns programas foram desativados, outros fundidos e novos programas foram reconhecidos pela Capes. Assim, a partir de dados disponíveis na Plataforma Sucupira da Capes, elaboramos uma lista de programas com notas de 3 a 7 de universidades públicas e buscamos os editais de seleção nos sítios eletrônicos de cada programa.

---

1 Os programas de pós-graduação (mestrado, doutorado e mestrado profissional) são submetidos a uma avaliação pela Capes a cada quatro anos e recebem notas entre 1 e 7, sendo que “os programas que receberem notas 1 e 2 têm canceladas as autorizações de funcionamento e o reconhecimento dos cursos de mestrado e/ou doutorado por ele oferecidos”. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/perguntas-frequentes> – “Sobre Avaliação da Pós-graduação”, item 3: “Como ocorre a avaliação da pós-graduação stricto sensu?”.

É importante destacar que, nos casos de programas para os quais não se localizaram editais na internet<sup>2</sup>, foram realizados contatos por *e-mail* ou telefone. Em 2018, aqueles que não responderam à nossa consulta foram codificados como não tendo ação afirmativa. Nos dados de 2021, esses programas também foram contabilizados em não tendo ação afirmativa, mas destacamos o quanto os “editais não localizados” representam na amostra.

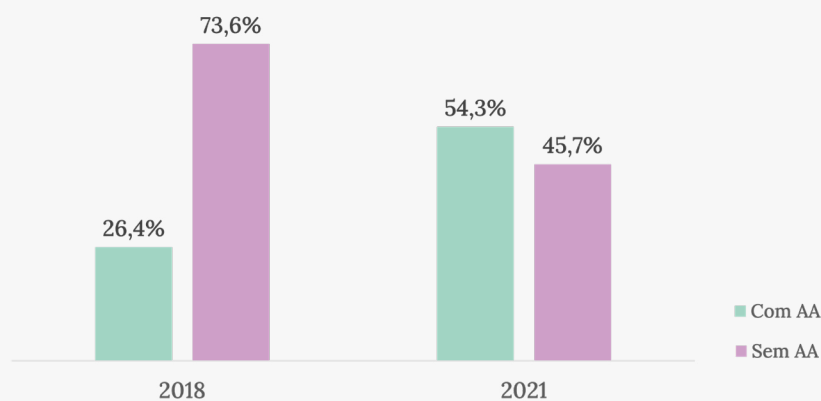
Por fim, todos os editais foram separados e aqueles que continham ações afirmativas foram analisados e codificados no software NVivo quanto às seguintes características: universidade; nome do programa; código do programa conforme dados da Capes; área do conhecimento; modalidade de ação afirmativa; beneficiários; tipo de instituição pública (federal, estadual ou municipal); nota da Capes; estado (UF); e região. As variáveis escolhidas têm por objetivo estabelecer os principais beneficiários das políticas, o tipo de norma regulamentadora e o perfil acadêmico e regional das instituições.

## programas com ação afirmativa

Os dados coletados até dezembro de 2021 indicam que **1.531 programas de pós-graduação acadêmicos adotam algum tipo de ação afirmativa** em seus processos de admissão de estudantes de mestrado e doutorado, o que representa 54,3% de todos os programas da amostra. É a primeira vez que o percentual de programas com ação afirmativa ultrapassa os 50% e os dados indicam que 794 programas aderiram a esse tipo de política em um período de quase 4 anos.

Gráfico 1

### Proporção de programas de pós-graduação com e sem ação afirmativa em 2018 (N=2.763) e 2021 (N=2.817)



2 Em alguns programas e universidades, os editais de seleção ficam disponíveis na internet apenas durante o período de inscrição dos candidatos, não havendo um banco de dados de editais passados. Por esse motivo, editais cujas inscrições já haviam se encerrado não foram encontrados, sendo necessário requerer o documento às instituições.

Vale destacar que dos 2.817 programas, não foram localizados editais de 22 programas, o que corresponde a 0,8% de toda a amostra. Por conta disso, esses editais foram contabilizados como não tendo ação afirmativa.

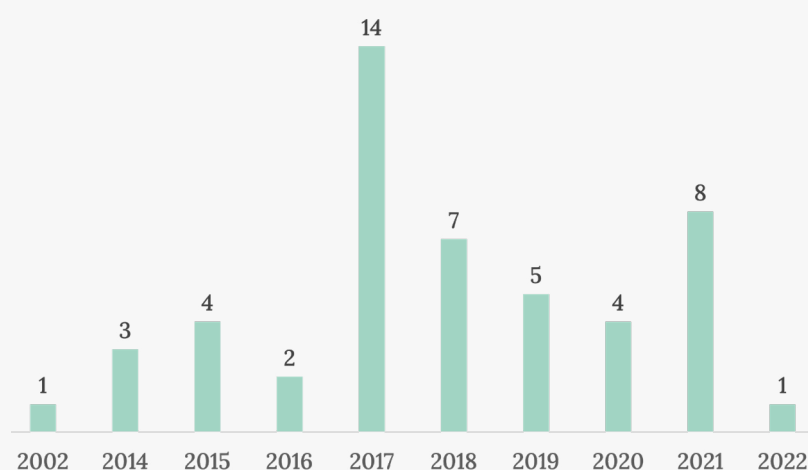
Assim como no levantamento anterior, algumas políticas decorreram de **decisões dos próprios programas**, enquanto outras foram criadas por determinação de **leis estaduais** ou de **resoluções do Conselho Universitário** válidas para todos os cursos de pós-graduação de uma determinada universidade (Venturini & Feres Júnior, 2021).

A difusão crescente desse tipo de política decorre, principalmente, do fato de que, entre 2002 e 2021, 45 universidades federais e estaduais aprovaram resoluções em seus conselhos universitários, determinando que todos os programas de pós-graduação **podem<sup>3</sup> ou devem** criar ações afirmativas em seus processos de seleção.

O levantamento identificou **duas leis estaduais** sobre a temática: no Rio de Janeiro e no Piauí. As leis estaduais 6.914/2014 e 6.959/2015, aplicáveis às universidades mantidas pelo estado do Rio de Janeiro, determinam que todas as instituições públicas estaduais de ensino superior devem instituir o sistema de cotas de admissão em cursos de pós-graduação, incluindo mestrados, doutorados, cursos de especialização, aperfeiçoamento, entre outros. No Piauí, a Lei Estadual nº 5.791/2008 foi alterada pela Lei Estadual 7.455/2021 para criar ações afirmativas para ingresso de estudantes oriundos de escolas públicas, negros, quilombolas, indígenas e com deficiência nos programas de pós-graduação da UESPI (Universidade Estadual do Piauí).

Gráfico 2

### Número de universidades que aprovaram resoluções ou seguem leis estaduais segundo ano de aprovação (N=49)



**Fonte:** Elaboração própria com dados da pesquisa.

3 É o caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), as quais autorizam os programas a criar ações afirmativas.

# modalidades

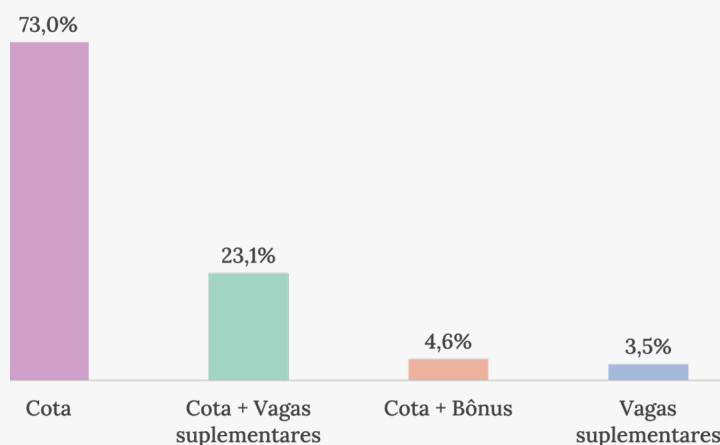
Entre os 1.531 programas de pós-graduação com políticas afirmativas analisados, foi possível identificar quatro modalidades de ação afirmativa:

cotas	cotas + vagas suplementares
vagas suplementares	cotas + bônus

Os dados de 2021 apontam que **73% aplicam exclusivamente o sistema de cotas**, no qual um percentual das vagas disponíveis é reservado para determinados grupos sociais e/ou étnico-raciais.

Gráfico 3

## Proporção das modalidades adotadas em 2021 (N=1.531)



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa.

Além dessa modalidade de cota, outros programas optaram por criar **vagas suplementares (3,5%)**, as quais são reservadas para candidatos pertencentes a determinados grupos. Foram contabilizadas como vagas suplementares, as que não reverterem à ampla concorrência e são extintas em caso de não preenchimento das vagas. Apesar de não receber a denominação de “cota”, trata-se também de uma modalidade de reserva de vagas; a diferença é que, caso aplicada isoladamente (e não em conjunto com cotas), o número de vagas de ampla concorrência permanece inalterado, sendo, portanto, uma variante mais branda dessa modalidade de política.

Há, ainda, a adoção de formatos mistos, nos quais há **cotas para determinados grupos e vagas suplementares destinadas a outros grupos** de beneficiários (23,1%). Por fim, foram identificados programas que criaram **cotas para determinados grupos e também preveem**



**bônus** para alguns grupos em certas etapas do processo seletivo (4,6%). É o caso, por exemplo, de alguns programas da Universidade Federal Fluminense (UFF), nos quais há cotas sociais e/ou étnico-raciais e a concessão de pontos adicionais ou um peso maior em determinadas etapas do processo para candidatas que se tornaram mães nos últimos 5 anos. Trata-se de uma medida que visa compensar o tempo da licença maternidade e seu impacto na produção científica de mulheres.

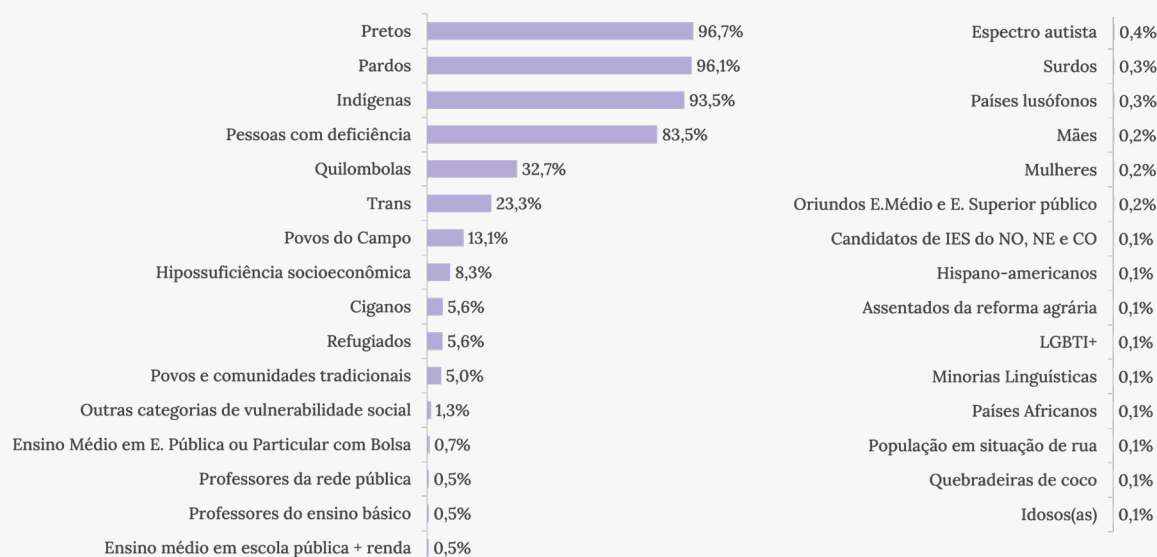
## beneficiários

Assim como em 2018, os principais beneficiários são os estudantes **pretos**, os quais são alvo 96,7% das políticas analisadas, seguidos dos **pardos** (96,1%). A diferença na proporção de programas que beneficiam pretos e pardos se deve ao fato de que alguns editais estabelecem que apenas candidatos autodeclarados pretos podem solicitar a participação via ação afirmativa, não havendo benefício para pardos. Trata-se de casos excepcionais, uma vez que na maioria dos programas que têm benefício étnico-racial há referência expressa a pretos e pardos.

Outros grupos bastante beneficiados pelas ações afirmativas são os **indígenas** (93,5%) e as **pessoas com deficiência** (83,5%). Em menor proporção, há também políticas em favor de **quilombolas**, **pessoas trans** e pessoas portadoras de **visto humanitário (refugiadas)**, conforme mostra o Gráfico 4.

Gráfico 4

### Proporção de iniciativas de acordo com o tipo de beneficiário (N=1.531)



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa.

Nota-se, portanto, um crescimento dos grupos que são beneficiados pelas ações afirmativas na pós-graduação, havendo a presença de novos grupos, muitas vezes em razão de aspectos regionais ou locais e a presença de outras populações vulneráveis onde o programa está localizado.

Também continua chamando atenção é o fato de que as medidas voltadas para a pós-graduação têm incluído, entre os beneficiários, grupos que não haviam sido alvo de políticas para o ingresso em cursos de graduação, tal como povos do campo, população em situação de rua, mães, entre outros.

## formas de instituição e aprovação das políticas

Os dados coletados possibilitaram identificar três formas de instituição e aprovação das políticas:

- programas que criaram as ações afirmativas por **iniciativa própria** e decisão de seus colegiados, incluindo aqueles que fizeram por incentivo de órgãos externos (tal como os editais da Fundação Ford e Fundação Carlos Chagas);
- universidades e programas que criaram ações afirmativas em cumprimento a **leis estaduais**;
- programas que criaram ações afirmativas em razão de **resoluções** do Conselho Universitário válidas para todos os cursos de pós-graduação de uma determinada universidade.

Os dados coletados apontam que, até dezembro de 2021, 27,8% dos programas criaram medidas por iniciativa própria<sup>4</sup>, enquanto a **grande maioria o fez em decorrência de resoluções dos conselhos universitários (67,8%)**. Em menor proporção temos os programas que criaram em decorrência de leis estaduais (4,4%), o que se aplica às universidades estaduais do Rio de Janeiro e do Piauí.

Como destacamos em outros trabalhos, o crescimento do número de resoluções tem relação com a [Portaria Normativa MEC n. 13 de 2016](#), a qual determinou que todas as instituições federais de ensino superior deveriam enviar propostas de ações afirmativas para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação (Venturini, 2021)<sup>5</sup>.

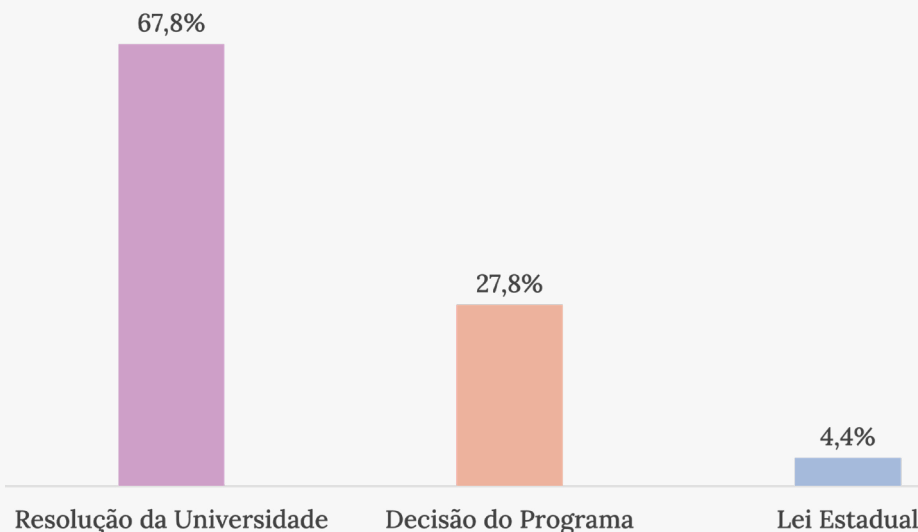
---

4 Esse percentual refere-se aos programas que criaram ações afirmativas por iniciativa própria ou em razão de incentivo da Fundação Carlos Chagas e Fundação Ford. Sobre isso, vide Venturini e Feres Junior, 2020.

5 Em 2020, o ex-ministro da Educação Abraham Weintraub publicou a Portaria n. 545/2020, revogando a Portaria Normativa n. 13/2016. No entanto, dada a repercussão, a Portaria 545/2020 perdeu efeito.

Gráfico 5

### Distribuição dos programas de pós-graduação com ação afirmativa conforme a forma de instituição (N=1531)



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa.

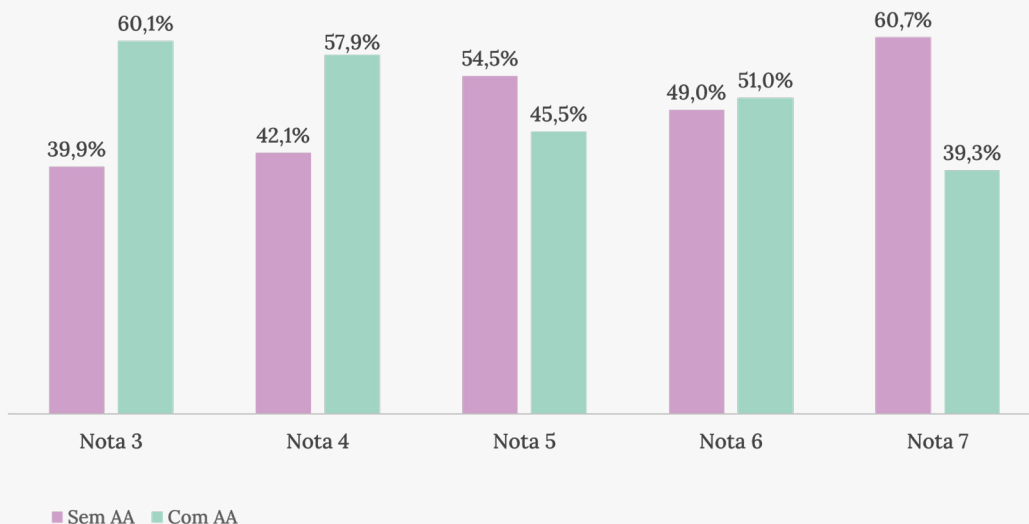
## nota na avaliação da capes

A preocupação com a excelência acadêmica é algo presente nos debates a respeito da criação de ações afirmativas na pós-graduação, havendo argumentos de que tais políticas poderiam reduzir a qualidade e, assim, enfrentar maior resistência em programas com notas altas na avaliação realizada pela Capes (Venturini, 2019). Em vista disso, cruzamos as políticas afirmativas com o conceito obtido pelos programas de pós-graduação na última avaliação quadrienal da Capes (Gráfico 6). Os 2.817 programas acadêmicos de universidades públicas estão distribuídos entre as notas da avaliação da seguinte forma: 817 são Nota 3 (29%), 1.011 são Nota 4 (35,9%), 569 são Nota 5 (20,2%), 257 são Nota 6 (9,1%) e 163 são Nota 7 (5,8%).

A distribuição dos programas em cada nota da Capes, segundo a existência ou não de ação afirmativa, apresenta resultados importantes. Ou seja, totalizando as proporções por categoria (100%) controlamos para o número de programas em cada uma delas (Gráfico 6). Nota-se que a maioria dos programas com nota 3 (60,1%), nota 4 (57,9%) e nota 6 (51%) adotaram ação afirmativa, seja por iniciativa própria ou em razão de lei estadual ou resolução. Vale destacar, ainda, que 39,3% dos programas com nota 7 possuem esse tipo de política.

Gráfico 6

### Distribuição dos programas conforme criação de ação afirmativa e nota de avaliação da Capes (N=2.817)



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa.

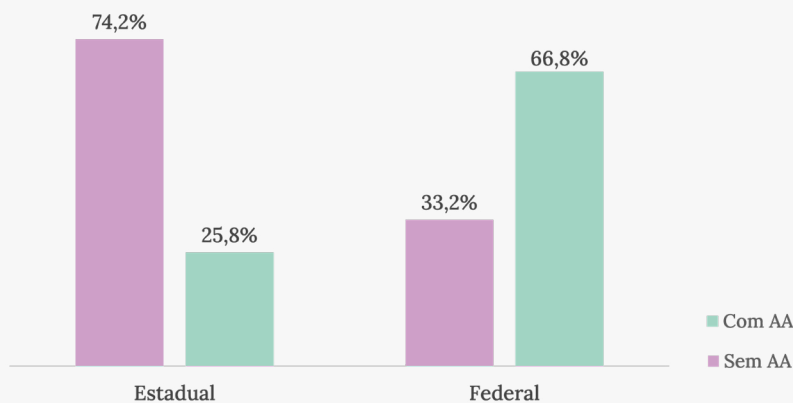
Em comparação com os dados de 2018 (Venturini & Feres Júnior, 2020), os dados indicam um crescimento da proporção de programas que adotaram ações afirmativas e apresentam o maior padrão de excelência segundo a Capes - programas com notas 6 e 7. Enquanto em 2018 tínhamos 17,8% dos programas com Nota 7 com ação afirmativa, em 2021 esse percentual mais que dobrou e chegou a 39,3%. Já na nota 6, tínhamos 22% dos programas com políticas afirmativas em 2018 e chegamos a 51% em 2021.

## perfil das universidades

Com relação ao perfil das universidades adotantes de ação afirmativa, os dados apontam para a manutenção da predominância das federais, com 86% dos 1.531 programas identificados, seguidas pelas universidades estaduais, com 14%. Não foram encontrados programas de universidades municipais com ação afirmativa. A predominância das universidades federais em relação às estaduais fica evidente, já que aquelas possuem mais do que o dobro de programas com essas medidas. Ademais, dentre todos os programas acadêmicos de universidades federais, 66,8% já adotam ações afirmativas em suas seleções de estudantes.

Gráfico 7

## Distribuição dos programas conforme tipo de universidade pública e criação de ação afirmativa (N=2.817)



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa.

## áreas do conhecimento

Também examinamos a distribuição dos programas de pós-graduação que criaram ações afirmativas nas diversas áreas do conhecimento, segundo a definição da Capes: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes; e a área Multidisciplinar.

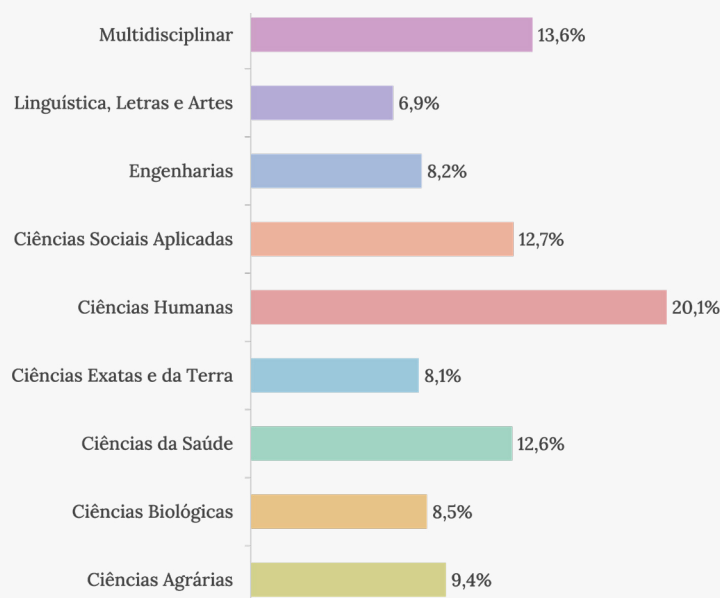
Grande área	Especialidades
<b>Ciências Exatas e da Terra</b>	Matemática, Probabilidade e Estatística, Ciência da Computação, Astronomia, Física, Química e Geociências.
<b>Ciências Biológicas</b>	Biologia Geral (Genética, Morfologia, Fisiologia, Bioquímica, Biofísica, Farmacologia, Imunologia, Microbiologia e Parasitologia) e Biodiversidade (Ecologia, Oceanografia, Botânica e Zoologia).
<b>Engenharias</b>	Engenharia Civil, Sanitária, de Transportes, de Minas, de Materiais e Metalúrgica, Química Nuclear, Mecânica, de Produção, Naval e Oceânica, Aeroespacial, Elétrica e Biomédica.
<b>Ciências da Saúde</b>	Medicina, Nutrição, Odontologia, Farmácia, Enfermagem, Saúde Coletiva, Educação Física, Fonoaudiologia e Fisioterapia e Terapia Ocupacional.
<b>Ciências Agrárias</b>	Agronomia, Recursos Florestais e Engenharia Florestal, Engenharia Agrícola, Zootecnia, Recursos Pesqueiros e Engenharia da Pesca, Medicina Veterinária e Ciência e Tecnologia de Alimentos.

<b>Ciências Sociais Aplicadas</b>	Direito, Administração, Turismo, Economia, Arquitetura e Urbanismo, Desenho Industrial, Planejamento Urbano e Regional, Demografia, Ciência da Informação, Museologia, Comunicação e Serviço Social.
<b>Ciências Humanas</b>	Filosofia, Teologia, Sociologia, Antropologia, Arqueologia, História, Geografia, Psicologia, Educação e Ciência Política
<b>Linguística, Letras e Artes</b>	Linguística, Letras (Línguas, Literatura e Teoria Literária) e Artes (História da Arte, Artes Plásticas, Música, Regência, Dança, Teatro, Fotografia, Cinema, etc.).
<b>Multidisciplinar</b>	Interdisciplinar (Sociais e Humanidades, Meio Ambiente e Agrárias), Ensino, Materiais, Biotecnologia e Ciências Ambientais.

Dentre os 1.531 programas que criaram ações afirmativas até o final de 2021, verificamos que pouco mais de 1/5 pertence à área de Ciências Humanas (Gráfico 8). Em seguida, aparecem as áreas Multidisciplinar, Ciências da Saúde e Ciências Sociais Aplicadas.

Gráfico 8

### Distribuição dos programas com ação afirmativa segundo área do conhecimento (N=1.531)



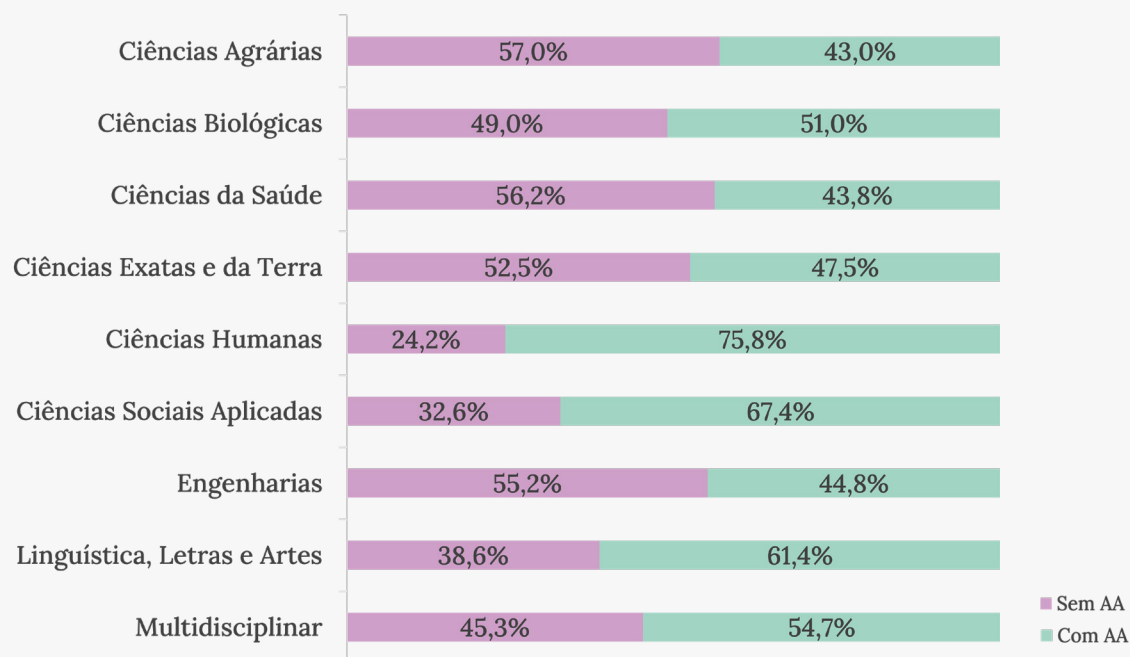
Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa.

Ao analisarmos a proporção de programas de pós-graduação de cada área do conhecimento, segundo a existência ou não de ações afirmativas (Gráfico 9), independentemente da sua forma de instituição, nota-se que a área de Ciências Humanas continua sendo a que possui o maior número de programas com tais políticas (75,8%). Na sequência aparecem as áreas

de Ciências Sociais Aplicadas (67,4%), Linguística, Letras e Artes (61,4%) e Multidisciplinar (54,7%). Nesse novo estudo, a área de Ciências Agrárias apresenta a menor proporção de programas com medidas afirmativas (43%), seguida da área de Ciências da Saúde (43,8%).

Gráfico 9

### Distribuição dos programas segundo área do conhecimento e criação de ação afirmativa (N=2.763)



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa.

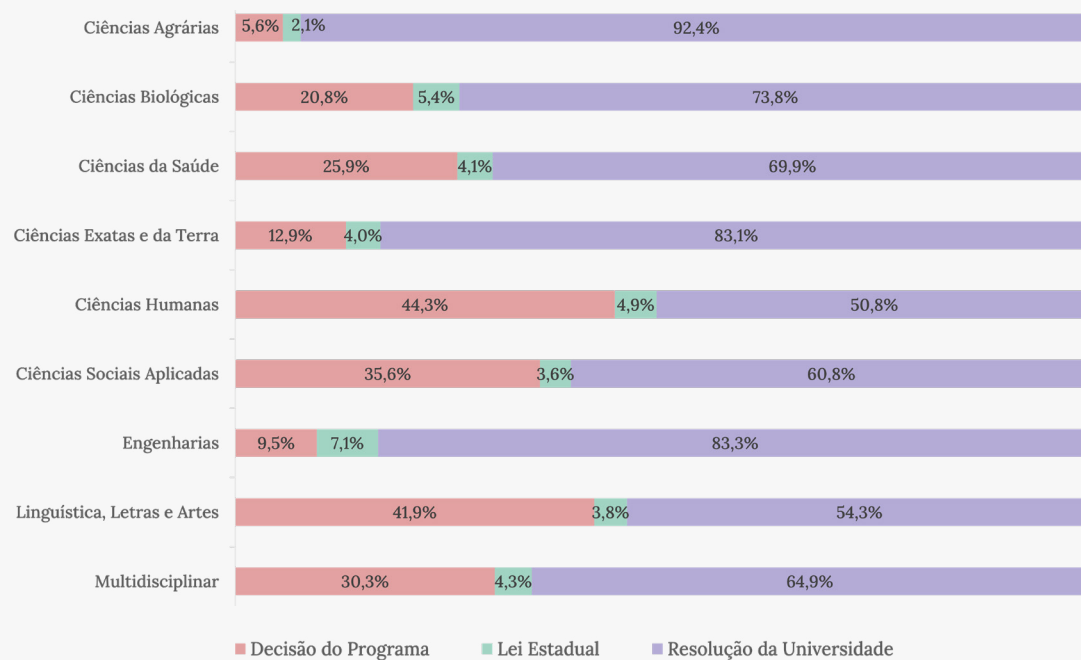
A distribuição das formas de instituição das ações afirmativas dentro de cada área do conhecimento é destacada no Gráfico 10. Na área de Engenharias, que antes os programas só haviam criado essas medidas em decorrência de resoluções dos conselhos universitários e de leis estaduais (Venturini & Feres Júnior, 2020), agora também possui programas que criaram políticas afirmativas por iniciativa própria (9,5%). No levantamento atual, a área com a menor proporção de programas que criaram ações afirmativas por iniciativa própria é a de Ciências Agrárias (5,6%), na qual 92,4% dos programas com essas políticas o fizeram em cumprimento a resoluções das universidades.

Na área de Ciências Humanas, por sua vez, 50,8% das políticas afirmativas foram criadas em cumprimento a resoluções de conselhos universitários, 44,3% por iniciativa própria e 4,9% em decorrência de leis estaduais. As áreas que apresentam as maiores proporções de medidas criadas autonomamente são as Ciências Humanas, a área de Letras, Linguística e Artes (41,9%) e Ciências Sociais Aplicadas (35,6%). A predominância das áreas de humanidades

parece ter relação com seus objetos de estudo e com a proximidade de questões ligadas a grupos vulneráveis, tais como educação, desigualdades e estratificação social, estudo de línguas indígenas, distribuição dos grupos na cidade, entre outros.

Gráfico 10

### Distribuição dos programas com ação afirmativa segundo área do conhecimento e forma de instituição (N=1.531)



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa.

## distribuição regional

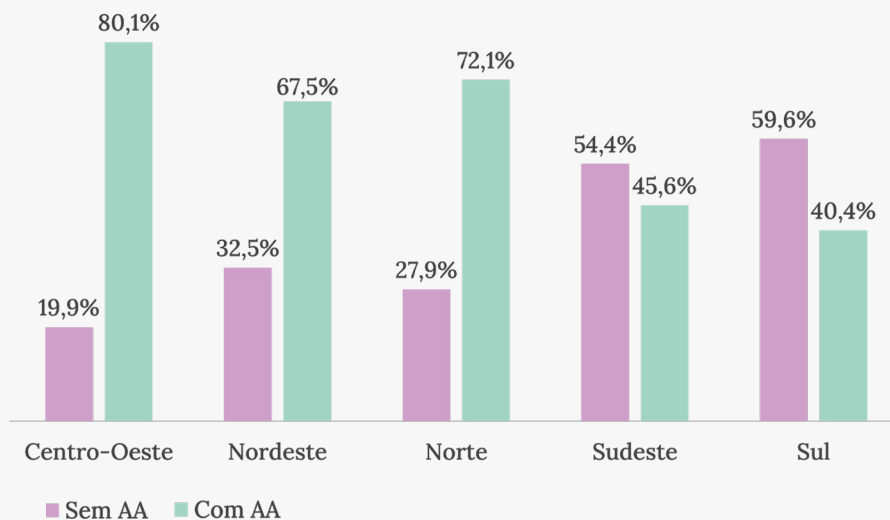
No tocante à distribuição regional das ações afirmativas, primeiramente é preciso destacar que os programas de pós-graduação não estão distribuídos uniformemente pelo território nacional. Ao verificarmos a disposição dos 2.817 programas acadêmicos de universidades públicas em cada região do país, temos o seguinte cenário (em ordem crescente): 165 programas no Norte (5,9% do total), 256 programas no Centro-Oeste (9,1%), 570 no Sul (20,2%), 656 no Nordeste (23,3%) e 1.170 no Sudeste (41,5%).

Quando controlamos para o total de programas, nota-se que a região Centro-Oeste aparece como aquela com a maior proporção de programas com ações afirmativas (80,1%), seguida pelo Norte (72,1%) e o Nordeste (67,5%). O Sul permanece apresentando a menor proporção de programas com esse tipo de política, havendo 40,4% dos 570 programas localizados na região.



Gráfico 11

### Distribuição dos programas para o ingresso na pós-graduação conforme criação de ação afirmativa e região do país (N=2.817)

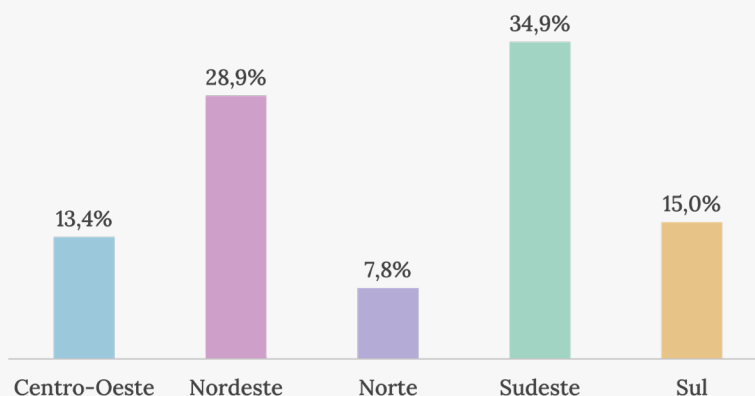


Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa.

Vale destacar que no Sudeste, 45,6% dos 1.170 programas da região já adotam alguma modalidade de ação afirmativa, o que corresponde a aproximadamente 534 programas e a 1/3 da amostra de programas com ação afirmativa (1.531).

Gráfico 12

### Distribuição dos programas com ação afirmativa e região do país (N=1.531)



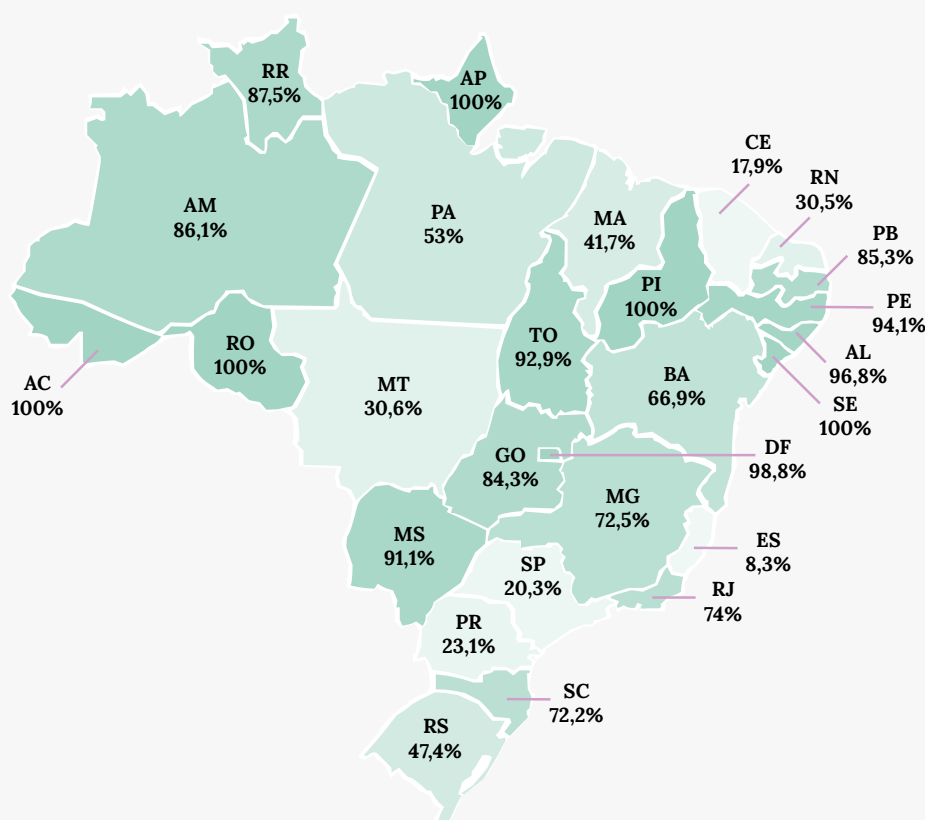
Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa.

Na distribuição das iniciativas pelos estados da Federação, há aqueles em que todos os programas de pós-graduação adotaram ações afirmativas, como é o caso do Acre, Amapá, Piauí e Sergipe. Todavia, Acre e Amapá são estados com um baixíssimo número de programas. Diferentemente de 2018, não temos mais estados sem esse tipo de política.

Os estados com a maior proporção de programas com ações afirmativas são Alagoas (96,8%), Pernambuco (94,1%), Tocantins (92,9%) e Mato Grosso do Sul (91,1%). Já os estados com menor proporção são Espírito Santo (8,3%) e Ceará (17,9%).

Gráfico 13

### Proporção de programas que criaram ação afirmativa conforme o estado (N=1.531)



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa.

Já em termos numéricos, os estados com maior número de políticas são Minas Gerais (151 programas), Bahia (77) e Rio de Janeiro (100). Já os com menor número são Pernambuco (dois programas) e Santa Catarina (três).

O estado de São Paulo concentra um dos maiores números de políticas afirmativas criadas pelos próprios programas de pós-graduação na região Sudeste, com 20 iniciativas no total, ficando atrás apenas do Rio de Janeiro, com 22 iniciativas.

## considerações finais

O boletim buscou apresentar um panorama das ações afirmativas criadas em cursos de pós-graduação até 2021. Em linhas gerais, é possível observar que, pela primeira vez, mais da metade dos programas de pós-graduação acadêmicos (mestrado e doutorado) de universidades públicas adotam algum tipo de ação afirmativa em seus processos de seleção de estudantes. A pesquisa identificou 45 universidades públicas que aprovaram resoluções em seus conselhos universitários determinando que todos os programas de pós-graduação devem adotar ações afirmativas e 4 universidades que seguem leis estaduais (Rio de Janeiro e Piauí).

Portanto, as políticas afirmativas já são uma realidade na maioria dos programas acadêmicos nas universidades públicas, de modo que passamos a ter ingressantes com um novo perfil étnico-racial e socioeconômico. É essencial que as universidades, os governos e as agências de fomento pensem em estratégias para garantir o acesso desses grupos e também sua permanência por meio de diferentes oportunidades acadêmicas, bolsas de estudos, moradia, alimentação, apoio para cursos de idiomas estrangeiros, intercâmbios e estágios de pesquisa, saúde mental e outras políticas. A diversidade na pesquisa e pós-graduação é fundamental para o progresso científico e para a criação de espaços que proponham soluções mais efetivas para os muitos e diferentes problemas que enfrentamos no país.

Por fim, é importante destacar que mesmo diante de um contexto político não favorável à adoção de ações afirmativas, especialmente as com recorte racial, as universidades e programas de pós-graduação continuam aprovando e implementando essas políticas em suas seleções, dando continuidade às políticas de inclusão no ensino superior.

# referências bibliográficas

Feres Junior, J., Campos, L. A., Daflon, V. T., & Venturini, A. C. (2018). *Ação afirmativa: conceito, história e debates*. EdUERJ.

Rosemberg, F. (2008). Experiências do programa de bolsas de pós-graduação da Fundação Ford no Brasil. In J. Zoninsein & J. Feres Júnior (Eds.), *Ação afirmativa no ensino superior brasileiro* (pp. 193–214). IUPERJ; Editora UFMG.

Rosemberg, F. (2013). Ação afirmativa na pós-graduação: o Programa Internacional de Bolsas da Fundação Ford na Fundação Carlos Chagas. *Textos FCC*, 36, 104.

Venturini, A. C. (2019). Ação afirmativa na pós-graduação: os desafios da expansão de uma política de inclusão. *Tese (Doutorado Em Ciência Política) -IESP-UERJ*, 320.

Venturini, A. C. (2021a). Ação afirmativa em programas de pós-graduação no Brasil: padrões de mudança institucional. *Revista De Administração Pública*, 55(6), 1250–1270.

Venturini, A. C. (2021b). Comparing diffusion patterns in affirmative action policies for graduate education in Brazil. *Journal of Comparative Policy Analysis*.


Venturini, A. C. (2021c). Políticas de inclusão na pós-graduação: os bastidores e o histórico da edição da Portaria Normativa 13/2016. *Novos Estudos - CEBRAP*, 40(02), 261–279.

Venturini, A. C., & Feres Júnior, J. (2020). Affirmative action policy in graduate studies: The case of public universities. *Cadernos de Pesquisa*, 50(177), 882–909.



# obaap

 [obaap.com.br](http://obaap.com.br)

 @\_obaap

 @obaap\_

apoio

 serrapilheira

IBIRAPITANGA

AFRO   
Núcleo de Pesquisa  
e Formação em Raça,  
Gênero e Justiça Racial